

Normativas Agência Nacional de saúde Suplementar - ANS Nº 137, de 14 de novembro de 2006, à Resolução Normativa ANS Nº 148, de 3 de março de 2007, à Resolução Normativa ANS Nº 488, de 29 de março de 2022, à Resolução Normativa ANS Nº 557, DE 14 de dezembro de 2022, Resolução Normativa ANS Nº 561, de 15 de dezembro de 2022, Resolução Normativa - ANS Nº 465 de 24 e fevereiro de 2021 e suas alterações, e bem como ao Estatuto, Regimento Interno e Regulamentos da ASSEFAZ. Vigência: De 02 de setembro de 2024, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses. Data de Assinatura: 27/08/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 28/08/2024).

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE CONTRATO Nº 00017/2024 publicado no D.O de 2024-08-22, Seção 3. Onde se lê: Vigência: 20/09/2024 a 20/09/2025. . Leia-se: Vigência: 26/09/2024 a 26/09/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 27/08/2024).

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 00001/2024 ao Instrumento código 964928. Convententes: Concedente: MINISTERIO DO TURISMO, Unidade Gestora: 540012. Conveniente: MUNICIPIO DE PIRENOPOLIS, CNPJ nº 01067941000105. Solicitação de prorrogação de vigência do convênio 964928/2024. Valor Total: R\$ 761.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.000,00, Vigência: 08/10/2024 a 01/04/2025. Data de Assinatura: 19/07/2024. Signatários: Concedente: CRISTIANE LEAL SAMPAIO, CPF nº ***.364.304-**, Conveniente: NIVALDO ANTONIO DE MELO, CPF nº ***.418.391-**.

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE INTEGRIDADE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CI00993/2024

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Controladoria - Geral da União - CGU, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores -ABC/MRE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO.

Nº PROCESSO: 00190.112932/2017-61 (Processo Principal)
CONTRATANTE: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, CNPJ: 03.736.617/0001-68, por intermédio do Projeto 914BRZ5016 - "Governo Aberto: Transparência e Prevenção da Corrupção".

CONTRATADO: Felipe Fróes Couto
OBJETO: Realizar estudos e pesquisas, em âmbito nacional e/ou internacional, nos temas afetos à política pública de integridade e à avaliação de cultura organizacional, visando a produção de Relatório de Pesquisa (policy paper) e Resumo Executivo.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28/08/2024 a 25/11/2024

VALOR TOTAL: R\$ 45.189,41

BASE LEGAL: § 10, do art. 4º do Decreto n.º 5.151 de 22 de julho de 2004

EXTRATO DE CONTRATO Nº CI00994 2024

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Controladoria - Geral da União - CGU, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores -ABC/MRE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO.

Nº PROCESSO: 00190.112932/2017-61 (Processo Principal)
CONTRATANTE: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, CNPJ: 03.736.617/0001-68, por intermédio do Projeto 914BRZ5016 - "Governo Aberto: Transparência e Prevenção da Corrupção".

CONTRATADO: Janaina Machado Simões
OBJETO: Desenvolvimento de estudo e à produção de Relatório de Política (policy paper) e Resumo Executivo sobre temas afetos aos Conselhos de Usuários, previstos na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, também conhecida como Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28/08/2024 a 25/11/2024

VALOR TOTAL: R\$ 45.000,00

BASE LEGAL: § 10, do art. 4º do Decreto n.º 5.151 de 22 de julho de 2004

EXTRATO DE CONTRATO Nº CI01019/2024

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Controladoria - Geral da União - CGU, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores -ABC/MRE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO.

Nº PROCESSO: 00190.112932/2017-61 (Processo Principal)
CONTRATANTE: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, CNPJ: 03.736.617/0001-68, por intermédio do Projeto 914BRZ5016 - "Governo Aberto: Transparência e Prevenção da Corrupção".

CONTRATADO: Antonio Trevisan
OBJETO: Realizar estudo e elaborar Relatório de Pesquisa (policy paper) e Resumo Executivo nos temas afetos às relações entre a atividade de auditoria e a atividade científica, em âmbito nacional e/ou internacional.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/09/2024 a 15/11/2024

VALOR TOTAL: R\$ 45.188,52

BASE LEGAL: § 10, do art. 4º do Decreto n.º 5.151 de 22 de julho de 2004

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATOS DE TERMOS DE ADESÃO

Adesão Ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Maranhão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 21/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e DANILLO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Amazonas ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e GLAUCIO PINTO GARCIA, Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado de São Paulo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e GEORGES CARLOS FREDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e ROMÃO ÁVILA MILHAN JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.

Processo: 19.00.4010.0000832/2022-44. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Ceará ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, 07 de junho de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, em 7 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 108 de 7 de junho de 2024, que tem por finalidade estabelecer a cooperação técnica e operacional entre o CNJ, o CNMP e o Ministérios Públicos aderente, para providências adequadas e suficientes a viabilizar o amplo acesso dos membros do Ministério Público à ferramenta Consulta Criminal Nacional, desenvolvida e disponibilizada pelo CNJ. Data de Assinatura: 26/08/2024. Signatários: Signatários: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e HALEY DE CARVALHO FILHO, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO CNMP Nº 20/2024

Espécie: Termo de Contrato CNMP nº 20/2024. Processo: 19.00.6101.0005260/2024-49. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: TORINO INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 03.619.767/0005-15. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de monitores com entrega e suporte técnico on-site descentralizados, para atender às necessidades deste Conselho Nacional do Ministério Público. Modalidade: Pregão Eletrônico SRP Nº 33/2023/PGT/MPT, no qual o CNMP foi órgão participante. Valor do contrato: R\$ 23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais). Vigência: 26/8/2024 a 26/8/2025. Data de Assinatura: 26/8/2024. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 1000000000. Naturezas da Despesa: 44905241. Nota de Empenho: 2024NE00346 (EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES). Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: RODRIGO DO AMARAL RISSIO, CPF XXX.807.218-XX.

Ministério Público da União

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada celebrado em 31 de agosto de 2020 entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Execução Descentralizada por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 31/08/2024 a 30/08/2025; DATA E ASSINATURA: 28/08/2024. HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO, Vice-Procurador-Geral da República, e JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORD, Reitor da UFPA. Documento PGR-00331357/2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa XPERIUN EDUCAÇÃO EM ANÁLISE DE DADOS LTDA. - EPP. Processo: 19.04.3273.0067508/2024-48. Objeto: Participação de 1 (um) servidor na capacitação "Formação em análise de dados", na modalidade EaD assíncrona, em Brasília-DF, com ônus de inscrição. Valor total: R\$ 1.997,00 (mil e novecentos e noventa e sete reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133/21. Autoridade Superior: CLÁUDIA MARIA RAMOS - Secretária-Geral Adjunta do MPDFT, em 28/08/2024.

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por serem frustradas as comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica ADRIANA FERREIRA SARAIVA, CPF ***.965.341.**, comunicada do arquivamento do PJe 0729868-41.2022.8.07.0001, podendo, no caso de discordância, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar no 75/1993.

Brasília, 28 de agosto de 2024.
FABIANA SCOTTI GIUSTI
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 38/2024

O Presidente da Subcomissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental - SUB-GPAD da Procuradoria da República no Distrito Federal, designado pela Portaria nº 199, de 8 de agosto de 2022, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal - DMPF-e, de 10/08/2022, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos (PR-DF-00129609/2022), faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragesimo quinto) dia subsequente da data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União - DOU e no DMPF-e, se não houver oposição, a Procuradoria da República no Distrito Federal eliminará 13,66 metros lineares dos documentos relativos a 82 caixas, do período 1992-2016.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do procedimento, mediante petição contendo a respectiva qualificação, dirigida à Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Brasília, 27 de agosto de 2024.
CARLOS HENRIQUE ANDRADE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 - UASG 200023

Nº Processo: 001401/2024-47. Objeto: Cessão de Uso onerosa, a título precário, da área de 33,92 m², nas dependências do Edifício da Procuradoria da República no Distrito Federal, PR-DF, localizado na Av. L2 sul, Quadra 603/4. Lote 23 - Asa Sul - Brasília/DF, para fins de exploração comercial de serviços de lanchonete/restaurante, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos; Total de Itens Licitados: 1. Edital: 29/08/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Sgas- Q. 603 Lote 23 - L2 Sul, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200023-5-90003-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 29/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 19/09/2024 às 14h30 no site www.gov.br/compras.

VICTOR PEREIRA DE REZENDE JUNIOR
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/08/2024) 200100-00001-2024NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ - PR/CE e a FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA - FUNIP, mantida pela FACULDADE ÚNICA LTDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data da assinatura: 21/08/2024. MARCELO MESQUITA MONTE, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará e VALDIR HENRIQUE VALÉRIO, Diretor Geral da FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA - FUNIP. Processo Administrativo 1.15.000.002659/2024-06.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ - PR/CE e o CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU - UNIATENEU e filiais, mantidos pela SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data da assinatura: 21/08/2024. MARCELO MESQUITA MONTE, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará e CLAUDIO FERREIRA BASTOS, Reitor do CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU - UNIATENEU e filiais. Processo Administrativo 1.15.000.003878/2018-56.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF/ES, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES, e o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES - CAMPUS VITÓRIA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 ano(s). Data da última assinatura: 28/08/2024. Representados por seu Secretário Estadual, RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA e por seu Diretor HUDSON LUIZ COGO. Processo Administrativo 1.17.000.001643/2018-55.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 3/2024

O Procurador da República FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento do presente edital, com prazo de 10 (dez) dias, que se promoveu o arquivamento do Procedimento Administrativo nº 1.21.000.002113/2023-69, uma vez que, após a realização de diversas diligências, inferiu-se a inexistência de outras providências passíveis de serem adotadas por este Órgão Ministerial.

Diante da impossibilidade de comunicação pessoal do representante, ficam os eventuais interessados intimados, por meio deste edital, da promoção de arquivamento, facultando-lhes a apresentação de razões/documentos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação do presente instrumento, aplicando-se analogicamente o artigo 9º da Lei nº 7.347/1985 c/c o artigo 13 da Resolução CNMP nº 174/2017.

Para conhecimento de todos, é passado o presente edital, cuja via original será publicada na Imprensa Oficial.

Campo Grande/MS, 27 de agosto de 2024.
LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2/2024

A Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro NOTIFICA a empresa FELIPE SILVA DOS SANTOS - MEI, CNPJ 50.812.748/0001-67, tendo o endereço cadastrado neste Órgão como Rua Iraci Almeida da Costa, nº 153, José Américo de Almeida - João Pessoa - PB - CEP: 58.073-066, que, por não conseguirmos contato, após tentativa de entrega de correspondência registrada no referido endereço, tornamos público a continuidade do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.30.001.003484/2024-20, visando à apuração de possíveis irregularidades na execução da Dispensa Eletrônica nº 90008/2024 - Não entrega de 250 (duzentos e cinquenta) caixas novas de papelão pardo ondulado, apesar de este Órgão possibilitar tal ação a partir de solicitação da empresa quando comunicada sobre a abertura de Processo Administrativo para apuração de irregularidades na Dispensa Eletrônica nº 90008/2024. Considerando ainda pelos motivos expostos acima que a empresa não realizou a entrega dos itens constantes no empenho 2024NE230 - ref. à Dispensa Eletrônica citada, informamos que o referido empenho foi cancelado a partir de 06/08/2024. Dessa forma, fica a empresa intimada a exercer, caso queira, o direito previsto no art. 157, da Lei nº 14.133/2021, a fim de elidir a aplicação das penalidades legal e contratualmente previstas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste Edital. Cabe ressaltar que os fatos ocorridos na prestação dos serviços podem ensejar as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais previstas no respectivo instrumento contratual. Por fim, informamos que a cópia do presente documento poderá ser solicitada através do e-mail prj-seccoadm@mpf.mp.br. A resposta poderá ser encaminhada através do Protocolo Eletrônico MPF - link: <http://www.peticionamento.mpf.mp.br> ou através do e-mail citado.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.
JORGE TEODOSIO DA SILVA
Coordenador de Administração

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2024

CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e Elevadores Castelo Ltda. OBJETO: manutenção de elevador na PRM-Criciúma. VALOR TOTAL: R\$ 10.560,00 (dez mil e quinhentos e sessenta reais). VIGÊNCIA: 01/01/2025 a 31/12/2025. DATA DE ASSINATURA: 20 de agosto de 2024, Maximiliano Eller pela Contratante e João Saviski pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2024

CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e Link Data Informática e Serviços S/A. OBJETO: saneamento patrimonial da PR/SC. VALOR TOTAL: R\$ 269.648,00 (duzentos e sessenta e nove mil e seiscentos e quarenta e oito reais). VIGÊNCIA: 26/08/2024 a 25/08/2025. DATA DE ASSINATURA: 26 de agosto de 2024, Maximiliano Eller pela Contratante e Cláudio Ribeiro Simão pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DA RESCISÃO

CONTRATO Nº 32/2020
ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato nº 32/2020; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.003457/2020-84; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: CLARO S.A.; CNPJ: 40.432.544/0001-47; OBJETO: Rescisão amigável do Contrato nº 32/2020, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2024, em conformidade com o Artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; SIGNATÁRIO: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: FERNANDA DE PAULA E SILVA ARRUDA e HIDER VINÍCIUS GOEKING; DATA DA ASSINATURA: 20/08/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2024-MPM. Processo nº: 19.03.0000.00002972/2024-86. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: IRANEIDE S. RODRIGUES ME. CNPJ: 84.038.678/0001-53. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 23/2024, remanescente do Contrato nº 42/2022, de prestação de serviços de conservação e limpeza nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Boa Vista/RR. Vigência: 8/9/2024 a 7/9/2026. Data de assinatura: 27/8/2024. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM, e Iraneide da Silva Rodrigues, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2023-MPM. Processo nº: 19.03.0014.0002639/2024-83. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Torre Forte Projetos Construções Reformas e Comércio Ltda. CNPJ: 24.978.921/0001-91. Finalidade: Alteração dos prazos de vigência e execução e alteração do valor do contrato de prestação de serviços de construção da 2ª etapa da obra da nova sede da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé/RS. Vigência: 17/4/2023 a 14/9/2025. Data de assinatura: 27/8/2024. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM, Rodrigo de Angelo, pela contratada.



EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 30/2019-MPM. Processo nº: 19.03.0014.0000277/2019-21. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: LG ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP. CNPJ: 05.427.994/0001-40. Finalidade: Prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços de copeiragem nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Vigência: 2/9/2024 a 19/11/2026. Data de assinatura: 27/8/2024. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM, e Laudiceia Corsi de Oliveira, pela contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO: Primeiro termo aditivo ao contrato nº 15/2023, de prestação de serviços continuados de recepção para a Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri. Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e a empresa C55 CONSERVAÇÃO E FACILITIES LTDA., CNPJ nº 30.070.260/0001-02. Objeto: Alteração da razão social de C55 Conservação e Facilities Eireli para C55 Conservação e Facilities Ltda e do preço mensal do contrato nº 15/2023 para R\$ 4.053,62, a partir de 15/05/2024, preço resultante da exclusão do aviso prévio indenizado e da redução do percentual de aviso prévio trabalhado das planilhas de custos e formação de preços do contrato. Fundamento: Art. 41 da Lei nº 14.195/2021, e parágrafo terceiro da cláusula sétima do contrato nº 15/2023 e Lei nº 8.666/93. Assinam: Vera Lúcia Carlos, Procuradora-Chefe e o representante legal da empresa, João Paulo Lacerda de Almeida Costa: Assinam em 23/05/2024. PGEA nº 20.02.0200.0000709/2024-82.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2024

CONTRATANTES: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e Empresa WEBTRIP Agência de Viagens e Turismo LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas. MODALIDADE: Edital do Pregão Eletrônico ARP Nº 09/2024/PGT/MPT.EMPENHO: 2024NE000099. ASSINATURA: 28/08/2024. ASSINAM: Geórgia Maria da Silveira Aragão, Procuradora-Chefe, pela Contratante, e Hugo Henrique Aurélio de Lima, pela Contratada.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e GAMA Conservação e Manutenção Predial LTDA EPP. OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 13/2022 - Serviços de limpeza e conservação do prédio da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e IN nº 05/2017. Assinatura: DAT 28/08/2024. Assinam: Geórgia Maria da Silveira Aragão, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Alessandro Fidelis da Cunha, pela Contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 28/2022, pactuado o objeto de prestação de serviços de vigilância armada para a Procuradoria do Trabalho no Município de Ribeirão Preto com a empresa RAGNAR SEGURANÇA LTDA, CNPJ 30.737.359/0001-07. Processo: 20.02.1500.0001849/2022-54. Objeto do Termo: Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 meses, a contar de 13/10/2024. Nova Vigência: 12/10/2025. Assinam: pela contratante, Alvamari Cassillo Tebet - Procuradora-Chefe da PRT 15ª Região, e pela contratada, Priscila Fernandes Porfírio, em 26/08/2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 29/2022, pactuado o objeto de prestação de serviços de vigilância armada para a Procuradoria do Trabalho no Município de São José do Rio Preto com a empresa RAGNAR SEGURANÇA LTDA, CNPJ 30.737.359/0001-07. Processo: 20.02.1500.0001851/2022-97. Objeto do Termo: Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 meses, a contar de 13/10/2024. Nova Vigência: 12/10/2025. Assinam: pela contratante, Alvamari Cassillo Tebet - Procuradora-Chefe da PRT 15ª Região, e pela contratada, Priscila Fernandes Porfírio, em 26/08/2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 33/2022, pactuado o objeto de prestação de serviços de recepção, para a Procuradoria do Trabalho no Município de Sorocaba com a empresa SAINT WAY CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ 96.188.743/0001-06. Processo: 20.02.1500.0001876/2022-04. Objeto do Termo: Prorrogação da vigência por mais 12 meses a contar de 03/10/2024. Nova Vigência: 02/10/2025. Assinam: pela contratante, Alvamari Cassillo Tebet - Procuradora-Chefe da PRT 15ª Região, e pela contratada, Eunice Maria dos Santos, em 23/08/2024.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 171/2024

Termo de Credenciamento nº 171/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e EMÍLIO RIBAS MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA. (CNPJ 09.472.754/0001-19), para prestação de serviços médicos. PGEA: 1.15.000.002764/2023-56. Vigência: 12/09/2024 a 11/09/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo), e pelo Credenciado RACHEL PETROLA JORGE BEZERRA (Procuradora Primeira Administradora).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.885/2019
Credenciário: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a UNIDADE DE RADIOLOGIA CLÍNICA LTDA, CNPJ nº 45.398.146/0001-75. Objeto: Prorrogação de vigência contratual. Vigência a partir de 18/09/2019 a 17/09/2025. Assinatura: pelo credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo credenciado JOSÉ JAIR JAMES DE ARRUDA PINTO (representante). Processo: 1.34.001.008293/2018-67.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL 1.012/2024-TCU/SEPROC, DE 20 DE AGOSTO DE 2024(*)

TC 023.924/2018-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a LC GOES CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ: 03.079.926/0001-02, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2341/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antônio Anastasia, Sessão de 9/4/2024, proferido no processo TC 023.924/2018-7, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto contra o Acórdão 8804/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Sessão de 29/8/2023, e, no mérito, deu-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 8804/2023-TCU-Segunda Câmara, apenas no que diz respeito à responsabilização de Alexandre Lopes dos Santos, julgando as contas deste regulares com ressalvas.

Dessa forma, fica a LC GOES CONSTRUÇÕES LTDA. notificada a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 1/8/2024: R\$ 180.777,54. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 20.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-2304.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(*)N. da Codou: Republicado por ter saído, no DOU de 21/08/2024, Seção 3, página 131, com incorreção.

EDITAL Nº 1090/2024-TCU/SEPROC, DE 28 DE AGOSTO DE 2024

TC 002.221/2015-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a WORK & TIME PUBLICIDADES LTDA, CNPJ: 34.714.568/0001-96, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 1198/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Jorge Oliveira, Sessão de 27/2/2024, proferido no processo TC 002.221/2015-2, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto contra o Acórdão 3137/2023-TCU-Primeira Câmara, de mesma relatoria, Sessão de 25/4/2023, que deu provimento parcial ao recurso de reconsideração dos responsáveis para diminuir o débito e a multa imputados por meio do Acórdão 7617/2021-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 4/5/2021, e, no mérito, rejeitou-o.

Dessa forma, fica a WORK & TIME PUBLICIDADES LTDA notificada a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 28/8/2024: R\$ 43.902,01, em solidariedade com os responsáveis: Aurimar Fidelis de Aragão - CPF: 412.167.682-34, e Liga de Quadriilhas Juninas do Acre - CNPJ: 04.952.266/0001-95. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 2.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 1.084/2024-TCU/SEPROC, DE 27 DE AGOSTO DE 2024

Processo TC 008.741/2022-0

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, comunico que foi determinada a OITIVA de Ionara Tavares de Oliveira, CPF: 861.523.431-00, para que, no prazo de 15 dias, a contar da data desta publicação (art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU), pronuncie-se quanto à(s) ocorrência(s) descritas) a seguir, de forma resumida:

nomeações de funcionários para desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais e para cargo de Gerente-Geral, sem a realização de concurso público, em afronta ao art.37, incisos II e V, da CF.

A matéria está sendo objeto de exame no âmbito do Tribunal de Contas da União e poderá resultar decisão no sentido de desconstituir o ato ou o procedimento considerado irregular. A ausência de manifestação no prazo estabelecido não impedirá o prosseguimento do processo e a apreciação da matéria pelo TCU.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo e da(s) irregularidade(s) acima indicada(s) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

MARYZELY MARIANO
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

